**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

JOSÉ DIVINO PEREIRA

**A INEFICIÊNCIA ARRECADATÓRIA DE RECURSOS PRÓPRIOS NO
MUNICÍPIO DE CAIAPÔNIA**

CAIAPÔNIA, GO

2020

JOSÉ DIVINO PEREIRA

**A INEFICIÊNCIA ARRECADATÓRIA DE RECURSOS PRÓPRIOS NO MUNICÍPIO
DE CAIAPÔNIA**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde (UniRV) como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. João Paulo De Sousa Morais.

CAIAPÔNIA, GO

2020

JOSÉ DIVINO PEREIRA

**A INEFICIÊNCIA ARRECADATÓRIA DE RECURSOS PRÓPRIOS NO MUNICÍPIO
DE CAIAPÔNIA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde (UniRV) como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Caiapônia, 01 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof. Dr. João Paulo De Sousa Morais.(orientador)
Universidade de Rio Verde (UniRV)

.....
Prof. Dr. Nome do professor (membro 1)
Universidade de Rio Verde (UniRV)

.....
Prof. Dr. Nome do professor (membro 2)
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico essa monografia para as pessoas que dá sentido a todo o meu viver, minha família, ainda expresso que para cada dia de luta em busca do conhecimento, repouso a minha alma no seio familiar, gratidão por tudo que está feito e por tudo mais que ainda virá.

AGRADECIMENTOS

A cada momento de fé na noite fria, pela luta que encontrava no desconhecimento, grato à todos que acreditaram em meu potencial e na capacidade de chegar lá, gratidão também ofertada aos que não, não é questão de apenas lograr êxito, mas de entender cada passo da caminhada e assim foi.

Gratidão apresento a minha família, base da minha vida e do meu ser, o combustível que justifica cada manhã na qual acordo cedo e cada noite que passo sem dormir, ter vocês é como sonhar acordado. Agradeço a minha fé, que me mostrou forças onde não havia perspectiva de se encontrar.

Ainda, agradeço pela confiança do meu nobre orientador, que me auxiliou ao longo desta caminhada, grato estou pela experiência de partilhar contigo todo o seu conhecimento. Finalmente, agradeço pelo que ontem me aconteceu e ainda me atento a agradecer pelo amanhã que ainda me é desconhecido.

A nossa maior glória não reside no fato de nunca cairmos, mas sim em levantarmo-nos sempre depois de cada queda.

Oliver Goldsmith

RESUMO

O trabalho apresentado trata da ineficiência arrecadatória de recursos municipais pelo Poder Executivo Municipal, utilizando dos meios de pesquisa bibliográfica e documental, ainda vislumbrando as informações oferecidas pela Prefeitura Municipal de Caiapônia, as quais dimensionam a capacidade arrecadatória municipal. Compreender os princípios situados em âmbito municipal, tais como Taxas de Polícia e Taxas de Serviço, Contribuição de Melhoria, Imposto Predial e Territorial Urbano, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e Imposto Sobre Transmissão “*inter vivos*” de Bens Imóveis. Adiante, expressar a busca pela compreensão de Leis Complementares e do posicionamento doutrinário que se consolidou junto ao ordenamento jurídico pátrio. Perpassando ainda pelos nortes de administração gerencial advindas das perspectivas modernas de administração, e assim, conferir e compreender que prezar pela captação efetiva de recursos municipais, é ‘*conditio sinequanon*’ para que um administrador logre êxito frente as perspectivas gerenciais. Ainda mais, as perspectivas oferecidas é a da busca pela justiça fiscal e conseqüentemente a máxima efetividade na captação de recursos municipais, para isso trata de proposituras que possam ser realizadas para o contemplo das perspectivas apresentadas.

Palavras-Chave: Ineficiência arrecadatória. Poder Executivo Municipal. Tributos. Administração Pública.

ABSTRACT

The presented work deals with the inefficiency in collecting municipal resources by the Municipal Executive Power, using the means of bibliographic and documentary research, still glimpsing the information offered by the Municipality of Caiapônia, which dimension the municipal collection capacity. Understand the principles located at the municipal level, such as Police Fees and Service Fees, Improvement Contribution, Property and Urban Property Tax, Tax on Services of Any Nature and Import on “Inter vivo” Transmission of Real Estate. Ahead, express the search for the understanding of Complementary Laws and the doctrinal positioning that was consolidated with the national legal system. We will also go through the north of management administration arising from the modern perspectives of administration, and thus, check and understand that valuing the effective capture of municipal resources is '*conditio sine qua non*' for an administrator to be successful in the face of managerial perspectives. Even more, the perspectives offered are the search for fiscal justice and, consequently, the maximum effectiveness in attracting municipal resources, for this we will deal with proposals that can be made to contemplate the perspectives presented.

Keywords: Collection Inefficiency. Municipal Executive Branch. Taxes. Public Administration.

LISTA DE SIGLAS

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

DF - Distrito Federal

STF - Supremo Tribunal Federal

CTN - Código Tributário Nacional

CF - Constituição Federal

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ITBI - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis

ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

PGV - Planta Genérica de Valores

LEF - Lei De Execução Fiscal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 TRIBUTOS.....	12
2.1 CONCEITO DE TRIBUTO.....	12
3 TRIBUTOS MUNICIPAIS	14
3.1 IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	14
3.2 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “INTER VIVOS” DE BENS IMÓVEIS	16
3.3 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	17
4 PRINCÍPIOS.....	19
4.1 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	19
4.2 PRINCÍPIO DA ISONOMIA	19
5 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	21
6 LEI DE EXECUÇÃO FISCAL	22
7 OBJETIVOS.....	23
7.1 OBJETIVO GERAL	23
7.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS	23
8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
9 ANALISES E DISCUSSÃO	25
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

A presente obra se tange a compreensão da arrecadação tributária municipal e se esta consolida efetiva diante do potencial arrecadatório que o Poder Executivo Municipal dispõe. Adiante, essa pesquisa se delimitou na ineficiência arrecadatória de recursos próprios no município de Caiapônia. No decurso desta produção, especifica-se as perspectivas administrativas quanto a ineficiência arrecadatória de recursos próprios no município de Caiapônia, para a compreensão das dimensões arrecadatórias municipais, em qual momento se evidencia a ineficiência na arrecadação.

A arrecadação tributária é a forma pela qual o Estado constitui patrimônio, vez que não produz riquezas, todo o arrecadado deve contemplar os anseios sociais, tratando de perspectiva primária de Administração Pública, vez que o interesse público é indisponível. Assim, uma vez diminuída a arrecadação pela ineficiência arrecadatória municipal, consequentemente havendo supressão a capacidade de se efetivar as prestações públicas.

Observa que há previsão no ordenamento jurídico pátrio quanto a imprescindibilidade do fomento as capacidades arrecadatórias para o contemplo do interesse público. No entanto, sabe que este processo não tem ocorrido efetivamente. Então, emerge um importante questionamento: A ineficiência arrecadatória dos recursos próprios na cidade de Caiapônia confronta a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os princípios regentes da Administração Pública.

Diante de todo o mencionado surgira hipóteses para este tema, as quais são: I) As migrações do modelo de administração burocrática, para as perspectivas contemporâneas de administração gerencial, efetivariam a capacidade arrecadatória do poder executivo municipal. II) Ser maximizada a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Execução Fiscal. Assim, dispendo otimização do orçamento público municipal e imposição de sanções aos gestores que persistirem em práticas de autopromoção. III) Se consolidada a efetivação da publicidade dos atos administrativos, então contemplaria a garantia da inserção da sociedade na fiscalização da Administração Pública.

Exordialmente, o presente trabalho, apresentou como principal propósito tecer uma análise sobre a conduta dos administradores à frente do Poder Executivo, mediante a capacidade arrecadatória no município de Caiapônia. A partir da propositura desta temática será inserido o estudo das noções administrativas contemporâneas.

Posteriormente, dispõe-se que o intuito da pesquisa voltou para a compreensão das capacidades gerenciais dos administradores, no momento em que as políticas administrativas nacionais passam por migração das formas, anteriormente burocráticas, para as pragmáticas e gerenciais. Adiante, realiza-se alusão a diversos princípios do direito administrativo, para que seja possível compreender melhor a proteção do administrador ao interesse público. Ademais, mediante todos os propósitos, observou-se que o administrador está incumbido do dever de recolher os tributos constituídos nos dispositivos legais, e com o estudo pressupõe a compreensão de como esta arrecadação é feita, sendo essencial promover a fiscalização.

O estudo dispõe analisar se as legislações específicas de responsabilidade e execução fiscal, têm sido preservadas pelo Poder Executivo Municipal no momento da execução arrecadatória. Além disso, a pesquisa buscou observar a responsabilidade que possa ser direcionada ao gestor que não estiver em consonância com as disposições legais.

Ademais, compreende-se as perspectivas gerenciais de administração é caminho para apresentar soluções à ineficiência arrecadatória e administrativa, que comumente são encontradas nesse contexto. Deste modo, os mecanismos dispostos pelo Estado, devem ser constantemente otimizados, de forma que a proteção ao interesse público esteja sob constante evolução.

Destarte, a compreensão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LEF), a qual se dirige especificamente essas matérias de âmbito municipal, ajudaria a compreender a magnitude das margens negligenciáveis ou parte do administrador. Diante do mencionado, a pesquisa trata da publicidade dos atos administrativos como ferramenta garantidora da fiscalização realizada pela própria sociedade.

2TRIBUTOS

2.1CONCEITO DE TRIBUTO

A *priori*, convém mencionar que a Constituição Federal de 1988 se ateve apenas a conceituar o imposto, se preocupando em estabelecer desígnios de competência para que os entes políticos o realizassem.

A não vinculação dos impostos é apresentada por Alexandre que assim a concebe:

É importante perceber que os impostos não incorporam, no seu conceito, a destinação de sua arrecadação a esta ou àquela atividade estatal. Aliás, como regra, a vinculação de sua receita a órgão, fundo ou despesa é proibida diretamente pela Constituição Federal (artigo. 167, IV). Portanto, além de serem tributos não vinculados, os impostos são tributos de arrecadação não vinculada. Sua receita presta-se ao financiamento das atividades gerais do Estado, remunerando os serviços universais (*utiuniversi*) que, por não gozarem de referibilidade (especialidade e divisibilidade), não podem ser custeados por intermédio de taxas. (ALEXANDRE, 2015, p. 23).

O mesmo autor dispõe, em caráter exemplificativo, quanto à reserva legal “Da mesma forma que os penalistas dizem que não há crime sem lei anterior que o defina, pode-se afirmar que não há tributo sem lei anterior que o defina”. (ALEXANDRE, 2015, p. 24).

A Constituição Federal de 1988, no artigo 156, atribuiu exclusivamente os devidos impostos a serem recolhidos por cada ente federado, tratando exclusivamente sobre quais impostos os municípios devem instituir, sendo: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). (BRASIL, 1988)

A tributação denota importante papel funcional da atribuição de oneração que permeia o universo arrecadatário estatal, de forma que mediante as arrecadações tributárias, o administrador possa apresentar as contrapartidas que lhe são incumbidas.

A Constituição Federal de 1988 (CF 1988) no seu artigo 145 Caput, estipula que os tributos deverão ser organizados da seguinte forma: “A União, os Estados, o Distrito Federal (DF) e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria decorrentes de obras públicas” (BRASIL, 1988).

Conforme explana Nogueira, os tributos são condicionados às receitas do Estado:

Os tributos são as receitas derivadas que o Estado recolhe do patrimônio dos indivíduos, baseado no seu poder fiscal, poder de tributar às vezes consorciado com o poder regular, mas disciplinado por normas de direito público que constituem o Direito Tributário. (NOGUEIRA, 1995, p. 155).

Do mesmo modo, o Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 3º dispõe quanto à situação do tributo:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (BRASIL, 1966).

O artigo mencionado, apresenta entendimento que consolida a Teoria Quinquipartite. Essa, por sua vez, prevaleceu segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), apresentando como espécies tributárias os Impostos, as Taxas, as Contribuições de Melhorias, os Empréstimos Compulsórios e as Contribuições Especiais.

3 TRIBUTOS MUNICIPAIS

3.1 IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU)

O Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966), define o Imposto Predial e Territorial Urbano da seguinte forma:

Art. 32: O imposto, de competência dos Municípios, sobre propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município (BRASIL, 1966).

Quanto ao seu caráter progressivo, dispõe Sabbag:

Com a EC n. 29, publicada em 13-09-2000, alterou-se a redação do mencionado art.156, dando nova conformação ao progressivo IPTU. Criou-se a possibilidade de tal imposto ser progressivo não apenas para o fim de se assegurar o cumprimento da função social da propriedade (progressividade no tempo) – o que já se permitia -, mas também em razão do valor do imóvel. Além disso permitiu-se o estabelecimento de alíquotas diferentes em razão da localização e uso do imóvel. (SABBAG, 2017, p. 215).

Destarte, o Estatuto da Cidade, em seu artigo 4, IV, alínea ‘a’, identifica o Imposto Predial e Territorial Urbano como um instrumento de política urbana na modalidade dos instrumentos tributários e financeiros. (BRASIL, 2001)

O Imposto Predial e Territorial Urbano não determina a existência de um intermediador, sendo tratado diretamente entre o contribuinte e a Administração Pública, mas, diante de dúvidas quanto aos valores, o Poder Executivo Municipal pode apresentar as informações que esclareçam as dúvidas que possam advir da sociedade.

O artigo 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe quanto aos requisitos essenciais de responsabilidade, aduzindo que:

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos impostos. (BRASIL, 2000).

Diante das reservas legais apresentadas, delega ao administrador a prerrogativa estabelecida para a arrecadação dos tributos municipais, bem como a presunção discricionária para instituí-las.

Em seu artigo 165, a Constituição Federal de 1988 dispõe iniciativas para o Poder Executivo estabelecer o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais. Sendo estabelecida no máximo a cada quatro anos, a Planta Genérica de Valores (PGV), base de cálculo do imposto, deverá ser corrigida tendo como referência a sua valorização.

Dessa forma, vê que a Planta Genérica de Valores se impõe na modalidade de imposto designada ao contribuinte que possui uma propriedade urbana, sendo uma casa, sala comercial ou apartamento. Assim, por consequência, o proprietário estará sujeito ao pagamento do imposto predial e territorial urbano, valendo, tanto para pessoas físicas como jurídicas, tendo como objetivo principal a arrecadação para que a Administração Pública possa atuar nas necessidades da coletividade. O artigo 26 do Código Tributário Municipal, dispõe que:

Art. 26. Será concedida após a devida comprovação pelo interessado, redução no pagamento dos Impostos Imobiliários.

I - de 50% (cinquenta por cento): a) ao ex-combatente brasileiro da 2ª Guerra Mundial; b) a viúva de funcionário público municipal, quando nesse estado e, ainda ao filho menor ou maior inválido, relativamente ao único imóvel predial que possuam no Município; c) ao proprietário relativamente ao imóvel, predial ou territorial, cedido total e gratuitamente, para o funcionamento de estabelecimento legalizado que ministre o ensino gratuito.

II - pela antecipação de pagamento:

- a) 10% (dez por cento) quando efetuado até o dia 31 (trinta e um) de março de cada exercício ou à vista;
- b) 5% (cinco por cento) quando até o dia 30 (trinta) de abril de cada exercício.

A letra “a” e “b” do inciso II, foram alteradas conforme abaixo:

c) 40% (quarenta por cento) se efetuado o recolhimento até o dia 31 de março;

d) 20% (vinte por cento) se efetuado o recolhimento até o dia 30 de abril.

(Incisos alterados pela Lei nº. 1.134, de 22 de dezembro de 2000.)

III - os loteadores que obedecendo a legislação específica, dotarem seus loteamentos de equipamentos urbanos na forma seguinte:

- a) 30% (trinta por cento) com pavimentação;
- b) 20% (vinte por cento) com rede de esgoto;
- c) 15% (quinze por cento) com galerias de águas pluviais;
- d) 15% (quinze por cento) com guias e sarjetas.

Parágrafo único. A redução de que trata o item III será proporcional à extensão da testada correspondente ao equipamento executado e será de dez (10) anos, nos casos das letras a e b, de 05 (cinco) anos nos demais casos, transmissível aos adquirentes desde que requerida no prazo de trinta (30) dias a contar da assinatura do contrato respectivo. (CAIAPÔNIA, 1990, s. p.).

Um dos fatores que podem ensejar em ineficiência arrecadat6ria 6 a compreens6o de que os descontos por antecipac6o dispostos no C6digo Tribut6rio Municipal dispostos no artigo anteriormente mencionado, podem minimizar a capacidade arrecadat6ria municipal, e assim, ainda n6o usufruir da condi76o de maximizar a for7a arrecadat6ria.

Deve-se compreender ainda, que ao se tratar do munic6pio de Caiap6nia, a Planta Gen6rica de Valores encontra extremamente defasada, e assim n6o disp6e a arrecada76o de IPTU necess6ria. Para vislumbrar na situa76o arrecadat6ria do Imposto Predial e Territorial Urbano, apresenta-se consulta o Portal da Transpar6ncia da prefeitura de Caiap6nia nos 6ltimos anos para compreender a inscri76o de Imposto Predial Territorial Urbano em d6vida ativa:

Ano de 2016.....	R\$ 185.911,22
Ano de 2017.....	R\$ 197.166,90
Ano de 2018.....	R\$ 205.228,38

Ainda, deve-se compreender o exerc6cio do ano de 2019, onde a correspond6ncia do imposto predial e territorial urbano em d6vida ativa j6 alcan7a os 17.055,00 (dezesete mil cinquenta e cinco reais e sessenta centavos). Mas, ainda assim, o portal da transpar6ncia direciona a import6ncia de 254.055,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil cinquenta e cinco reais) a serem arrecadados.

3.2 IMPOSTO SOBRE TRANSMISS6O “INTER VIVOS” DE BENS IM6VEIS

O Imposto sobre Transmiss6o de Bens Im6veis 6 cobrado pela transmiss6o dispendiosa do patrim6nio, sendo aplicado sobre o valor da propriedade, resultando tamb6m de uma atividade econ6mica.

A Constitui76o Federal de 1988 estipulou:

Art. 156. Compete aos Munic6pios instituir impostos sobre:
 [...]II – transmiss6o inter vivos, a qualquer t6tulo, por ato oneroso, de bens im6veis, por natureza ou acess6o f6sica, e de direitos reais sobre im6veis, exceto os de garantia, bem como cess6o de direitos a sua aquisi76o. (BRASIL, 1988).

Ainda que n6o estabelecido expressamente quem ser6 devedor do Imposto Sobre Transmiss6o Bens Im6veis, presume que seu pagamento caber6 ao contribuinte que figurar como comprador ou adquirente de um im6vel.

Ainda, vê-se que o pagamento do Imposto Sobre Transmissão Bens Imóveis ocorre na transmissão do bem imóvel. Atualmente, a referida modalidade de imposto é recolhido antes da escritura ou do contrato de financiamento, nos casos em que se houver o financiamento do imóvel. A cobrança de tal tributo caberá a cada município, através da transação imobiliária que evidentemente irá compor a compra de um imóvel.

Para vislumbrar na situação arrecadatória do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis no município de Caiapônia, apresenta-se consulta ao Portal da Transparência da prefeitura de Caiapônia nos últimos quatro anos para compreender a arrecadação de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis:

Ano de 2016.....	R\$ 107.755,74
Ano de 2017.....	R\$ 78.496,30
Ano de 2018.....	R\$ 97.450,88
Ano de 2019.....	R\$ 88.411,71

Assim, pode-se compreender a movimentação e as oscilações arrecadatórias que estão visíveis quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, e desta maneira dimensionar arrecadação do Poder Executivo Municipal quanto ao referido imposto.

3.3 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza está previsto no artigo 156 da Constituição Federal de 1988, sendo instituído e modificado privativamente pelos municípios de todo território nacional. (BRASIL, 1988)

Destaca-se que esse imposto é considerado indireto pois está associado ao preço do serviço. Entretanto, muitas vezes ele fica oculto pela Administração Pública por não emitir notas fiscais para o controle de tal prática, podendo, porém, a Gestão criar métodos válidos para arrecadar de forma e maneira adequada.

Destaca-se ainda, as especificidades concebidas pela Lei Complementar n° 116, de 31 de julho de 2003, trazendo expressamente as formas as quais podem incidir sobre os serviços prestados. (BRASIL, 2003)

Para vislumbrar na situação arrecadatória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza no município de Caiapônia, apresenta-se consulta o Portal da Transparência da

prefeitura de Caiapônia nos últimos quatro anos para compreender a arrecadação de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

Ano de 2016.....	R\$ 6.906,56
Ano de 2017.....	R\$ 35.687,02
Ano de 2018.....	R\$ 127.345,98
Ano de 2019.....	R\$ 47.243,82

Uma importante questão a ser levantada sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, é compreender a oscilação arrecadatória entre os anos, que poderia ser justificada pela falta de fiscalização, e conseqüente impossibilidade de arrecadar sobre o referido tributo. Ou ainda pela não observância da tributação nas localidades corretas, vez que o município de Caiapônia detém de enorme capacidade territorial e sem a necessária fiscalização, não se poderia vislumbrar a arrecadação em todo o seu território.

4 PRINCÍPIOS

4.1 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos administrativos apresenta em permeio ao que dispõe um importante princípio constitucional, advindo do artigo 37, da Constituição Federal de 1988, dispondo que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (BRASIL, 1988).

Nas palavras Carvalho Filho:

Com efeito, pode-se estipular que a principal finalidade do princípio da publicidade é o conhecimento público acerca das atividades praticadas no exercício da função administrativa. Em um estado democrático de Direito, não se pode admitir que assuntos da Administração, que são do interesse de todos, sejam ocultados (CARVALHO FILHO, 2018, p. 74).

A publicidade dos atos administrativos, apresenta como forma prática de inserção da sociedade ao processo administrativo, de forma que se exprime um convite à sociedade para acompanhar os atos de administração.

4.2 PRINCÍPIO DA ISONOMIA

A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, apresentou dentre os diversos direitos fundamentais a isonomia, sendo a previsão legal em que o constituinte assegurou que todas as pessoas serão tratadas de maneira igual, sem que se expresse distinção alguma, sendo uma das bases fortes do Estado Democrático de Direito.

A Constituição Federal de 1988 estipulou:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (...) (BRASIL, 1988).

Direcionando-se ao entendimento doutrinário, neste caminho o douto jurista Roque Antônio Carraza, ensina:

As pessoas políticas, enquanto tributam, não podem agir de maneira arbitrária e sem obstáculo algum, diante dos contribuintes. Muito pelo contrário: em suas relações com eles, submetem-se a um rígido regime jurídico. Assim, regem suas condutas de acordo com as regras que veiculam os direitos fundamentais e que colimam, também, limitar, o exercício da competência tributária, subordinando-o à ordem jurídica. Vale lembrar, por exemplo, que, por força do art. 5º, XIII, da CF, as leis tributárias não podem criar embaraços abusivos ao livre exercício do trabalho. Também não podem, ainda que por via oblíqua, compelir os contribuintes a se associarem ou a permanecerem associados (art. 5º, XX, da CF). Estes são outros obstáculos que tolhem o exercício das competências tributárias. (CARRAZZA, 2009, p. 438-439).

Em caminho similar ao anteriormente disposto, o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, ensina:

A lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos. Este é o conteúdo político-ideológico absorvido pelo princípio da isonomia e juridicizado pelos textos constitucionais em geral, ou de modo assimilado pelos sistemas normativos vigentes. (MELLO, 1998, p.14)

Assim, o entendimento compreendido é o de que a publicidade dos atos administrativos caminha junto a moralidade e probidade administrativa, e assim, o referido princípio confere possibilidade de resguardar tanto o administrador, quando o próprio cidadão que tomará conhecimento dos atos administrativos.

5 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi instituída em 4 de maio de 2000, com a finalidade de designar ao administrador a política de gestão fiscal com responsabilidade. No âmbito municipal, ainda tratou de diversas questões, como mitigar as autopromoções que são comumente encontradas nos menores centros urbanos.

O artigo 14 da LRF apresenta diretrizes quanto à inércia do administrador no que tange ao gerenciamento arrecadatório. Desse modo, tratando especificamente da Renúncia de Receita, e impondo sanções aos gestores que esquivassem dos preceitos legais. (BRASIL, 2000)

A Lei Complementar nº.101 apresentou uma nova perspectiva, tratando da substituição da Administração Pública burocrática, pela Administração Pública gerencial, seguindo as perspectivas contemporâneas de administração, culminando em um processo mais eficaz e célere. (BRASIL, 2000)

Finalmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, detém como funcionalidade a busca pela preservação dos nortes da responsabilidade administrativa, vez que tange a proteção de interesse difuso. Para que se alcance o intuito anteriormente mencionado, deve-se antes compreender que todo o norte administrativo aponta a direção de preservação dos princípios anteriormente mencionados nesta obra.

6 LEI DE EXECUÇÃO FISCAL

A Lei de Execução Fiscal (LEF), foi instituída em 22 de setembro de 1980, sendo o mecanismo utilizado pela Fazenda Pública para aceder ao Judiciário e assim exigir os créditos inscritos na dívida ativa. De acordo com Machado, “Denomina-se execução fiscal a ação de que dispõe a Fazenda Pública para a cobrança de seus créditos, sejam tributários ou não, desde que estejam inscritos como dívida ativa.” (MACHADO, 2003, p. 424).

Ademais, ainda se apresenta instituída a prescrição da dívida que tenha o processo administrativo prolongado por mais de cinco anos e tenha sido incluído no cadastro da dívida ativa. Consoante às afirmações apresentadas, o Código Tributário Nacional expressa em seu artigo 174 que: “A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.” (BRASIL, 1966).

7 OBJETIVOS

7.1 OBJETIVO GERAL

Apresentara ineficiência arrecadatória municipal de recursos próprios no município de Caiapônia.

7.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Compreender os princípios de Direito Administrativo, e dimensionar o contemplo das perspectivas ofertadas por esses;
- Dimensionar os efeitos da ineficiência arrecadatória do Poder Executivo Municipal, diante da arrecadação dos Recursos Próprios Municipais;
- Estabelecer a imprescindibilidade do princípio da publicidade dos atos administrativos, como ferramenta de inserção da sociedade no processo de fiscalização dos atos arrecadatórios do Poder Executivo;
- Apresentar as espécies de tributos que estão situadas em âmbito municipal e entender os desígnios arrecadatórios competidos ao Poder Executivo Municipal.

8 METODOLOGIA

Considerando que a metodologia, assim como dispõe Demo (2011), seria uma das formas em que pode se fazer ciência, consolidando as ferramentas e procedimentos que possibilitam o contemplo dos almejos propostos na elaboração da perspectiva teórica a ser perseguida é que se propõe essa pesquisa.

Deste modo, conforme menciona Fachin (2003), ainda se observa que os primeiros passos a se tomar é o estabelecimento da pesquisa bibliográfica, junto a outras modalidades de pesquisa. Direciona-se ao uso do método indutivo, vez que denota abordagem quantitativa do problema em questão.

Quanto a pesquisa exploratória Lakatos e Marconi dispõem:

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar conceitos. (LAKATOS; MARCONI, 2012, p.86)

Pedro Demo (2000) reforça que o ato de pesquisar é a busca da compreensão como o conhecimento pode ser fabricado. Nesse sentido, o autor concebe “os procedimentos de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento.” (DEMO, 2000, p.20)

Quanto à linha de investigação científica, Gil (2008, p.08) concebeu que “a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos.”.

9 ANÁLISES E DISCUSSÃO

A temática apresentada dispôs a iniciação a uma discussão direcionada ao Poder Executivo Municipal e a sua capacidade arrecadatória, assim, indagando sobre a efetividade da arrecadação municipal. O destaque conferido, é o de que a compreensão da cidade de Caiapônia como um pequeno centro urbano, pode culminar em uma relação viciada entre administrador e o cidadão, que estreita as relações de autopromoção entre estes.

Prosseguindo, tal estreitamento pode resultar em fuga do interesse social, ora indisponível e adentrar a um campo de relações interpessoais que possam viciar todo o norte de administração gerencial. Assim, é entender que a renúncia de receita, poderia refletir diretamente na insuficiência arrecadatória de recursos próprios pelo Poder Executivo Municipal de Caiapônia.

Retomando ao que disposto na Constituição Federal de 1988, no artigo 156, que atribui exclusivamente os devidos impostos a serem recolhidos por cada ente federado, tratando exclusivamente sobre quais impostos os municípios devem instituir, sendo: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Ainda, destaca-se que a publicidade dos atos administrativos, apresenta em permeio ao que dispõe um importante princípio constitucional, advindo do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, dispondo que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”

Adiante, sobre o que disposto no referido no princípio da publicidade, nas palavras Carvalho Filho:

Com efeito, pode-se estipular que a principal finalidade do princípio da publicidade é o conhecimento público acerca das atividades praticadas no exercício da função administrativa. Em um estado democrático de Direito, não se pode admitir que assuntos da Administração, que são do interesse de todos, sejam ocultados (CARVALHO FILHO, 2018, p. 74).

A lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi instituída em 4 de maio de 2000, com a finalidade de designar ao administrador a política de gestão fiscal com responsabilidade. No âmbito municipal, ainda tratou de diversas questões, como mitigar as autopromoções que são comumente encontradas nos menores centros urbanos.

A publicidade dos atos administrativos se apresenta como uma das ferramentas para praticar a inteiração entre o Estado, enquanto no exercício da Administração Pública e o cidadão pagador de impostos, que em seu coletivo formam o interesse principal do exercício administrativo.

A publicidade dos atos administrativos apresenta em permeio ao que dispõe um importante princípio constitucional, advindo do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, dispondo que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (BRASIL,1988).

O entendimento compreendido é o de que a publicidade dos atos administrativos caminha junto a moralidade e probidade administrativa, e assim, o referido princípio confere possibilidade de resguardar tanto o administrador, quando o próprio cidadão que tomará conhecimento dos atos administrativos.

Outro tópico a ser compreendido durante o estabelecimento das discussões, é a compreensão que por se tratar de um pequeno centro urbano, os funcionários que habilitados para realizar a fiscalização acabam com desviar da sua condição de concurso para desempenhar outras atividades, preterindo então a fiscalização que seria uma das ferramentas principais para a observação da captação de recursos pelo município. Um dos caminhos que é demonstrado, é a necessidade de compreender a fiscalização como uma diretriz basilar de todo o procedimento arrecadatório do ente, vê se o Estado não produz renda.

Adiante, compreender os mecanismos aos quais poder executivo municipal detém para realizar a captação de recursos é caminho para diagnosticar se eficiente um procedimento arrecadatório municipal. ou ainda dimensionar se o efetivo municipal é capaz de sincronizar todo o procedimento arrecadatório, e se não, dispor de novos concursos públicos para habilitação de agentes hábeis a prosseguir tal procedimento.

Deve-se compreender ainda, que ao se tratar do município de Caiapônia, a Planta Genérica de Valores destacada principalmente no tópico que tratava sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, encontra-se extremamente defasado, e assim não dispõe a arrecadação de IPTU necessária.

Uma importante questão a ser levantada sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, é compreender a oscilação arrecadatória entre os anos, que poderia ser justificada pela falta de fiscalização, e conseqüente impossibilidade de arrecadar sobre o referido tributo.

Ou ainda pela não observância da tributação nas localidades corretas, vez que o município de Caiapônia detém de enorme capacidade territorial e sem a necessária fiscalização, não se poderia vislumbrar a arrecadação em todo o seu território.

Assim, a presente obra se apresentou ao intuito de compreender como se procede a arrecadação tributária municipal e assim observar se há a preservação das disposições legais advindas do ordenamento jurídico vigente e princípios regentes da Administração Pública, para que se alcance a preservação da isonomia e conseqüentemente do interesse público.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos por dispor a importância de os administradores contemporâneos estarem dispostos a se aperfeiçoarem e se amoldarem junto de todo procedimento arrecadatório municipal as novas perspectivas administrativas, vez que por compreender que o Estado não produz recursos, e tem na arrecadação de tributos o meio hábil para a composição do erário público.

Assim, conceituados os tributos municipais, parte-se pela compreensão de que a codificação tributária municipal confere descontos que acabam por mitigar a capacidade arrecadatória municipal, vez que estes poderiam chegar em até 40% do montante total a ser arrecadado, e assim, impossibilitando a total preservação do interesse público, pelo decréscimo da expectativa arrecadatória.

Ainda, tratando sobre uma das modalidades arrecadatórias municipais, que seria o Imposto Predial e Territorial Urbano, vê-se que a quantidade inscrita em dívida ativa nos últimos cinco anos passa de meio milhão de reais, se considerando que a Planta Genérica de Valores se encontra defasada, o valor anteriormente apresentado poderia ainda se apresentar maior.

Portanto, a linha de entendimento parte em que para se ter delimitado eficiência de determinado ato administrativo, este deveria estar próximo as melhores diretrizes administrativas contemporâneas, e se analisarmos por este caminho a não observância das atualizações necessárias nas codificações e na Planta Genérica de Valores, poderia aduzir certo desinteresse dos administradores que passaram recentemente pelo Poder Executivo Municipal de Caiapônia.

Adiante, compreender a situação fática ao qual o município de Caiapônia se apresenta demonstra a importância da preservação da probidade administrativa, vez que o fator política tem notória influência negativa quando situarmos a situação do administrador em pequenos centros urbanos.

Diante dos elementos levantados durante a análise, ainda entende-se que é perceptível que os princípios constitucionais pautados durante a produção deverão ser preservados e utilizados como ferramenta a zelar pela probidade administrativa, além de que o respeito a estes princípios trará reflexamente a eficiência pautada nesta produção. Ainda, deve-se observar a

importância compreendida a publicidade dos atos administrativos, vez que é a maneira principal pela qual a sociedade será inserida na atividade administrativa.

Outrora, é perceptível a oscilação arrecadatória em outros tributos situados em âmbito municipal, poderiam ser fruto da incapacidade ou da falta de efetivo municipal para prestar a fiscalização da arrecadação tributária, o que conseqüentemente poderá dispor ineficiência de todo o processo.

Assim sendo, um outro caminho a ser percorrido é a disposição dos administradores para a preparação de preenchimento dos cargos, que se dariam em concursos, e que estes venham a exercer a fiscalização tributária municipal, assim conferindo a máxima efetividade arrecadatória municipal.

Finalmente, direcionando ao que se espera da Administração Pública municipal, destacamos a importância de se preservar e atualizar as tratativas tributárias municipais, para que assim não se denote a defasagem de todo o processo arrecadatório, e quando maximizado tal procedimento se preste devido retorno social.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Ricardo. *Direito Tributário Esquemático*. 9. ed. São Paulo: Método, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. *Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. [S. l.], 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 03 jun. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- BRASIL. *Lei nº 157, de 1 de junho de 2017*. Altera a Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências. 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19088207/do1-2017-06-01-lei-complementar-no-157-de-29-de-dezembro-de-2016-19088010. Acesso em: 03 jun. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei n. 82, Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966*. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 de outubro de 1966. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Acesso em: 03 jun. 2020.
- CAIAPÔNIA. Prefeitura Municipal. *Lei n. 862, de 17 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre o Código Tributário Municipal. Centro Administrativo Previsto de Moraes dos Santos, 1990
- CARRAZZA, Roque Antonio. *Reflexões sobre a obrigação tributária*. São Paulo: Noeses, 2010.
- CARVALHO, M. *Manual de direito administrativo*. 5. ed. Salvador: Jus PODIVM, 2018.
- DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.
- FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. 4. Ed. São Paulo. Saraiva, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JUSTI, Jadson; VIEIRA, Telma. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2007.

- MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 22. ed. São Paulo. Malheiros, 2003.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3ª ed. São Paulo: Editores Malheiros, 1998
- NOGUEIRA, R. B. *Curso de Direito Tributário*. 14. ed. São Paulo. Saraiva, 1995.
- SABBAG, E. *Manual de Direito Tributário*. 9. ed. São Paulo. Saraiva, 2017.